



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE JURUTI
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



CONTRATO N  20220135
DISPENSA DE LICITA O N  7/2022-100301

**TERMO DE CONTRATO PARA SEMINF-
CONTRATA O DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA AQUISI O DE CONTAINER LIXEIRA 1000L
PLASTICO COM RODA, MEDINDO 1354MM X
1373MM X 1073MM CAPACIDADE 500KG DE
RESIDUOS., QUE FAZEM ENTRE SI, O SECRETARIA
MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E A EMPRESA G.
N. P. PEREIRA REIS, CONFORME ABAIXO SE
DECLARA.**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE JURUTI, pessoa jurídica de direito público, com interveniência do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, situado na RUA VEREADOR JOSE DE SOUSA ANDRADE S/N, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n  30.522.580/0001-48, neste ato "representado(a)" pelo(a) Sr.(a) MARCELO DE SOUZA PEREIRA, SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA do Município de Juruti, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.  417.012.672-68, residente na Travessa Boa Ventura Bentes s/n .

CONTRATADO: A empresa G. N. P. PEREIRA REIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n  CNPJ 42.869.467/0001-12, com sede na RUA JOAQUIM GOMES DO AMARAL, 848, CENTRO, Juruti-PA, CEP 68170-000, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) GLENDA NAYARA PRINTES PEREIRA REIS, brasileiro(a), portador(a) do CPF 909.182.402-63, residente e domiciliado(a) na RUA CORONEL JOAQUIM GOMES DO AMARAL, CENTRO, Juruti-PA, CEP 68170-000. Firmam o presente instrumento contratual na conformidade das cláusulas e condi es seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto SEMINF-CONTRATA O DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISI O DE CONTAINER LIXEIRA 1000L PLASTICO COM RODA, MEDINDO 1354MM X 1373MM X 1073MM CAPACIDADE 500KG DE RESIDUOS..

ITEM	DESCRI�O/ESPECIFICA�ES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT�RIO	VALOR TOTAL
146192	CONTRATA�O DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISI�O DE CONTAINER LIXEIRA 1000L PLASTICO COM RODA, MEDINDO 1354MM X 1373MM X 1073MM CAPACIDADE 500KG DE RESIDUOS.	UNIDADE	14,00	3.795,000	53.130,00
				VALOR GLOBAL R\$	53.130,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTA O LEGAL

2.1 - Este contrato fundamenta-se no da Lei n  8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores altera es.

RODOVIA TRANSLAGO, P  257, KM 01, S/N



CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 3.1. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidas neste termo contratual;
- 3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, quando no desempenho de suas atividades profissionais, objeto deste contrato;
- 3.3. Encaminhar para o Setor Financeiro da(o) SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;
- 3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA;
- 3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na realização deste Contrato.
- 3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 4.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2. Fica designado servidor **MÁRCIO JOSÉ BARROSO GUIDÃO** portador do RG nº 3798106-SSP-PA e do CPF 612.809.252-72, para acompanhar e fiscalizar o presente CONTRATO.;
- 4.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

- 5.1 - A vigência deste instrumento contratual iniciará em 25 de Abril de 2022 extinguindo-se em 25 de Outubro de 2022, podendo ser prorrogado de acordo com a lei.



CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participações em licitações promovidas com o CONTRATANTE, impedimento de contratar com o mesmo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou penalidade;

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda par a o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

7.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente com prováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR E REAJUSTE

8.1 - O valor total da presente avença é de R\$ 53.130,00 (cinquenta e três mil, cento e trinta reais), a ser pago no



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE JURUTI
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



prazo de até trinta dias, contado partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos bens efetivamente fornecidos no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pelo(a) CONTRATANTE e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida.

Parágrafo Único - Havendo atraso no pagamento, desde que não decorre de ato ou fato atribuível à Contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA, a título de compensação financeira, que será o produto resultante da multiplicação desse índice do dia anterior ao pagamento pelo número de dias em atraso, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas contratuais correrão por conta da verba do orçamento do(a) CONTRATANTE, na dotação orçamentária Exercício 2022 Atividade 0901.041220066.2.038 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEMINFI, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.99, no valor de R\$ 53.130,00, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, caso seja necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

11.1 - Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2 - Fica eleito o Foro da cidade de JURUTI, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

11.3 - Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

JURUTI-PA, 25 de Abril de 2022

MARCELO DE SOUZA Assinado de forma digital
PEREIRA:41701267268 por **MARCELO DE SOUZA**
PEREIRA:41701267268

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CNPJ(MF) 30.522.580/0001-48
CONTRATANTE

RODOVIA TRANSLAGO, PÁ 257, KM 01, S/N



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE JURUTI
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



G N P PEREIRA Assinado de forma
digital por G N P PEREIRA
REIS:4286946 REIS:42869467000112
7000112 Dados: 2022.04.25
16:17:39 -03'00'

G. N. P. PEREIRA REIS
CNPJ 42.869.467/0001-12
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____